

9

**. UNIVERSIDADE
TRANSPARENTE**



INVESTIMENTOS E EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

A gestão teve início logo após um período de forte ajuste das finanças da Universidade e ainda sob os efeitos das ações destinadas a conter o avanço da pandemia da covid-19, dentre as quais merece destaque a Lei Complementar 173/2020, que vedava a contratação de pessoal e a concessão de reajustes ou quaisquer outros benefícios aos servidores públicos do Estado até dezembro de 2021.

Esses dois fatores levaram a uma redução contínua do quadro de docentes e servidores técnicos e administrativos da USP, além de uma expressiva perda salarial decorrente das altas taxas de inflação no período. Isso acabou se refletindo numa redução profunda, porém artificial, dos níveis de comprometimento dos recursos do Tesouro do Estado

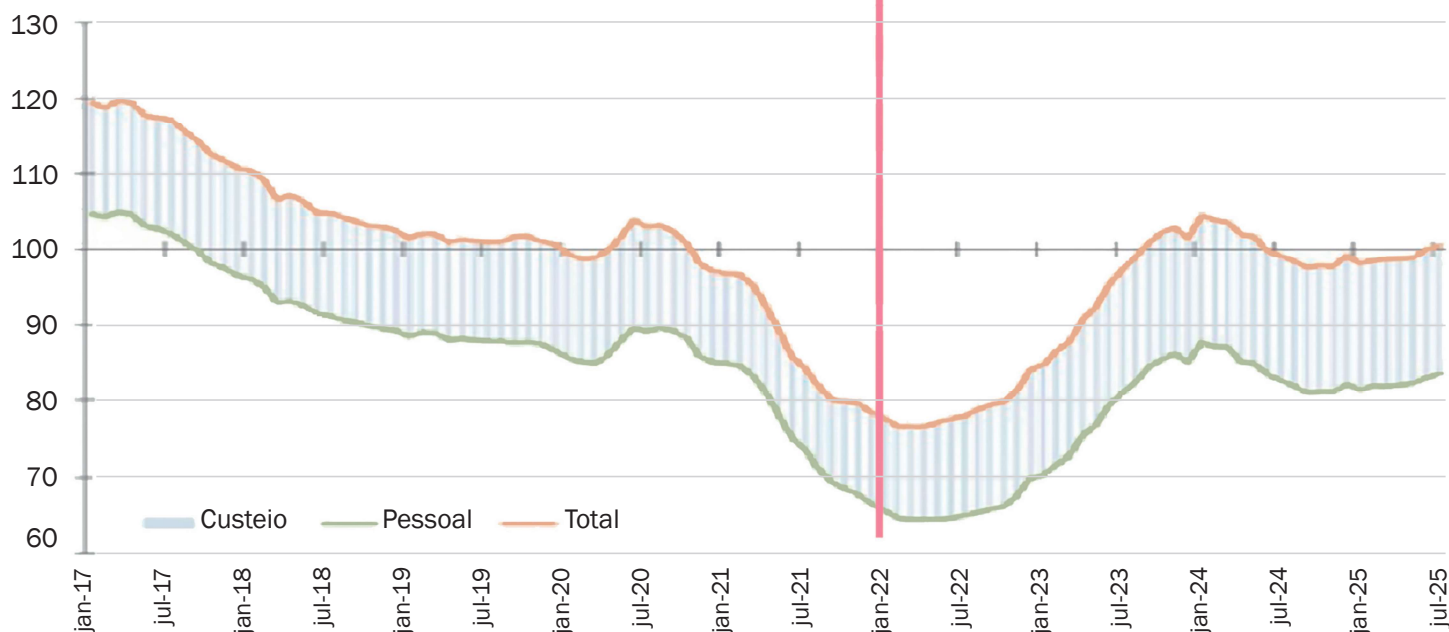
com a folha de pagamento da Universidade.

Diante desse quadro, a gestão avançou nas contratações de novos docentes e de novos servidores técnicos e administrativos, nos benefícios oferecidos à comunidade universitária, nos investimentos para a manutenção e para a melhoria de sua infraestrutura,

bem como em projetos voltados à excelência em suas atividades-fim.

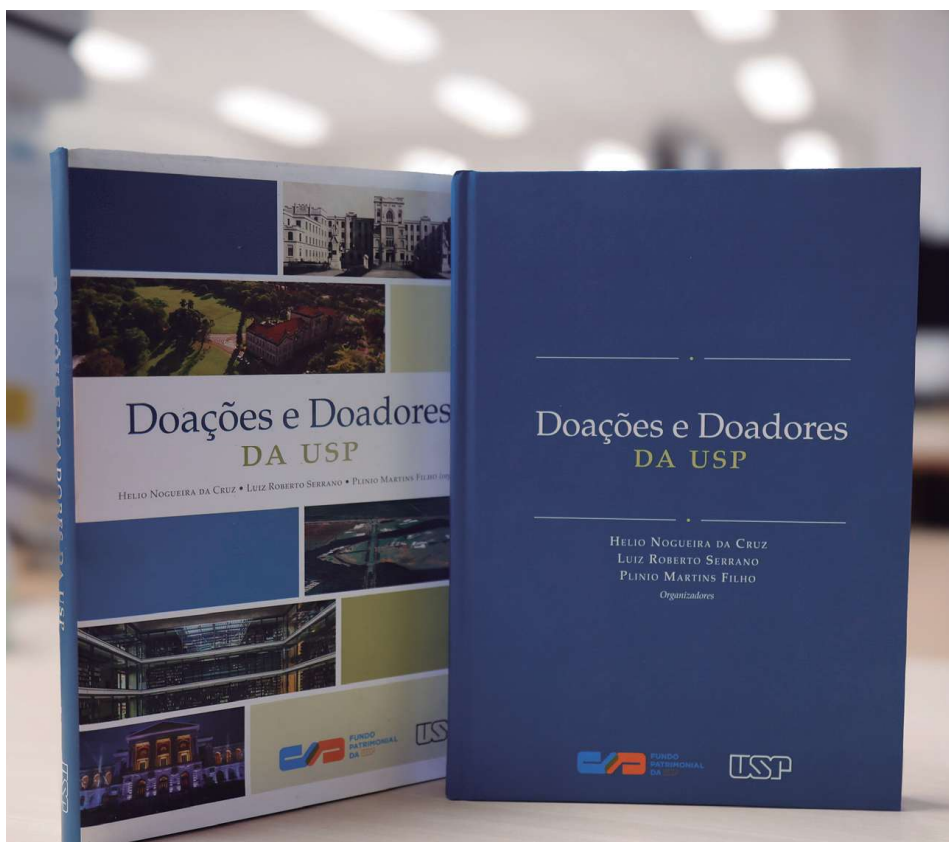
Todas essas ações foram implementadas sem comprometer o equilíbrio orçamentário e financeiro da Universidade, conforme previsto pelas normas de Sustentabilidade Econômico-Financeira vigentes, fato particularmente desafiador se for levada em consideração a grande instabilidade da arrecadação do ICMS no período entre 2022 e 2025, a qual se caracterizou pela alternância entre anos de elevado crescimento, de queda ou de crescimento menos expressivo.

Média móvel do comprometimento por item de despesa em 12 meses (%) – custeio e pessoal



FUNDO PATRIMONIAL DA USP

O Fundo Patrimonial da USP, criado em 2021 e com início de operações em 2022, recebe doações, investe os valores obtidos e destina seus rendimentos para iniciativas que fortaleçam a USP e suas unidades.



LIVRO “DOAÇÕES E DOADORES DA USP”, PUBLICADO EM 2024
FOTO: CECÍLIA BASTOS/USP IMAGENS

Sua evolução, desde a criação, reflete o compromisso da Universidade com a inovação na gestão de recursos e com a ampliação de suas fontes de financiamento. Desde então, o Fundo se firmou como um instrumento estratégico de apoio à Universidade e um exemplo

promissor de filantropia voltada à educação pública brasileira.

Em 2022, momento em que o Fundo começou a operar, um aporte inicial de R\$ 10 milhões da Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (Fusp) criou o patrimônio

fundador que garantiria o início da trajetória de captação. Desde então, em quatro anos, o Fundo passou do início de sua operação à consolidação institucional, recebendo doações que são revertidas em apoio real a estudantes, projetos científicos, culturais e de impacto social, sempre com foco na perenidade e na excelência da Universidade.

Em 2023, o Fundo Patrimonial da USP começou a entregar impacto real à Universidade. Um dos marcos simbólicos foi o primeiro repasse de recursos à USP, que permitiu o financiamento de 10 bolsas de permanência estudantil no âmbito do então nascente Fundo USP Diversa, um dos braços do Fundo Patrimonial.

Também em 2023, o Programa de Patronos foi lançado oficialmente em evento no Museu do Ipiranga e a instituição recebeu sua primeira doação com destinação específica, demonstrando a confiança crescente dos apoiadores na sua governança. O ano de 2024 foi decisivo para o amadurecimento e a visibilidade do Fundo. O Programa de Patronos, lançado no fim do ano anterior, ganhou fôlego e demonstrou a eficácia da

estratégia de captação voltada a grandes doadores.

A busca por apoio à ciência também ganhou um capítulo importante com o início da parceria com o Projeto Genoma USP, que permitiu a criação de uma linha de captação dedicada à pesquisa de ponta na Universidade. Outros marcos de 2024 incluem o recebimento da primeira doação testamentária de um prédio avaliado em R\$ 25 milhões; o lançamento do

livro *Doações e Doadores da USP*, com cinco histórias de doações que viabilizaram a criação ou restauração de alguns marcos da USP; eventos de relacionamento com patronos e apoiadores, e o avanço na estruturação institucional.

Atualmente o Fundo Patrimonial da USP tem saldo de R\$ 27,2 milhões (posição de outubro de 2025) e é hoje um elo de confiança entre doadores e a

missão da USP, colaborando para o desenvolvimento das missões de pesquisa, ensino e extensão da Universidade.

Acesse o QR Code para fazer o download do livro.



ENCONTRO COM DOADORES DO FUNDO PATRIMONIAL NA BIBLIOTECA BRASILIANA
FOTO: MARCOS SANTOS/USP IMAGENS

REFORMA TRIBUTÁRIA E FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES



DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS NA SESSÃO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023
FOTO: ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara dos Deputados promulgou, no dia 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional 132 da reforma tributária, com a inclusão de um dispositivo nos artigos 155 e 156 que garante a autonomia financeira das universidades públicas paulistas – USP, Unesp e Unicamp.

A reforma tributária, depois de 30 anos de discussão, estabelece as bases de uma longa transição para unir impostos sobre o consumo de Estados e municípios, acabar com a guerra fiscal e dar mais transparência aos tributos pagos. Prevê a unificação, a partir de 2033, de cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins — em uma cobrança

única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços).

Atualmente, o orçamento das universidades públicas paulistas está atrelado à arrecadação do ICMS. Do montante repassado pelo

Governo do Estado às instituições, 5,02% são destinados para a USP, 2,34% para a Unesp e 2,19% para a Unicamp.

A garantia de continuidade de um financiamento previsível, nos mesmos moldes do decreto estadual de 1989, não veio de forma fluida ao longo do processo de discussão do projeto, já que a autonomia financeira e administrativa da USP, da Unesp e da Unicamp esteve sob risco, uma vez que não estava contemplada nas versões iniciais da reforma.

Após um persistente trabalho de negociação, foi desenvolvida uma proposta, com o apoio do Ministério da Fazenda, da Secretaria de Reforma Tributária e da Comissão de Educação do Senado, que foi acolhida na Câmara dos Deputados.

Este trabalho envolveu muitos atores da USP e externos a ela, comprometidos com as universidades. Agora, serão dez anos de transição para garantir esses recursos na Constituição Paulista.